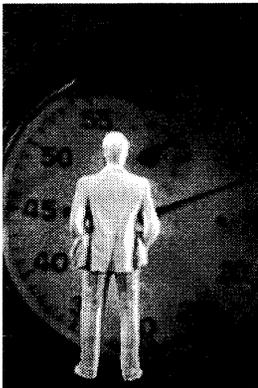


Orientações Teórico-Metodológicas para Aplicação do Método Fenomenológico na Investigação em Enfermagem

Luís Loureiro *

"nem sempre quando tocamos à porta sabemos se está alguém".

IONESCO



O presente artigo constitui-se como um contributo de âmbito teórico-metodológico dirigido para a compreensão e aplicação do método fenomenológico à investigação em Enfermagem. Será publicado em duas partes, dada a extensão e complexidade dos conteúdos abordados.

Nesta primeira parte busca-se o entendimento das referências onto-epistemológicas da génese da Fenomenologia e da Fenomenologia enquanto proposta de HUSSERL, e neste sentido procura-se revisitar os seus principais conceitos procurando fazer a ponte para a investigação qualitativa, nomeadamente a sua aplicação no âmbito da investigação em Enfermagem.

Na segunda parte, a publicar em número posterior desta revista, serão apresentadas algumas considerações sobre o rigor e credibilidade do método fenomenológico, enquanto abordagem qualitativa, estabelecendo algumas estratégias para incremento do rigor e credibilidade deste tipo de abordagem.

Introdução

Os diversos domínios do saber, bem como o entendimento do homem e da natureza, sofreram consideráveis alterações desde o século XVII até ao século XIX. Assistimos ao renovar da visão do mundo sob as ruínas do edifício aristotélico, centrada na procura incessante do progresso fundamentado em três campos essenciais do saber, a Astrologia, a Física (e Química) e a Biologia (AUBERT, 1987).

O expressão fundamental destes novos domínios centra-se na *matematização da natureza*, fundada em ideias e métodos estranhos à tradição escolástica herdeira de Aristóteles. Por um lado, um novo

entendimento do cosmos como algo infinito e homogéneo, por outro, uma nova forma de inteligibilidade e de compreensão da natureza, alicerçada numa ciência que se funda já não na qualidade percebida pelos sentidos, mas assente na quantidade medida pelo espírito. Passamos a falar de um estudo da relação entre os fenómenos, assente na forma de um número ou de uma equação matemática. Trata-se de uma transferência de objectividade (VERNEAUX, 1970).

Os cientistas depois do século XVII concluíram que não se podiam conhecer as coisas em si mesmas, a essência das coisas. A incerteza era grande e pouco rentável, apesar de Descartes encetar esta tarefa, mas limitando a essência das coisas à sua extensão (*res extensa*) através de uma ciência dedutiva. Reduziu a realidade do objecto

* Professor Adjunto da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca.

das investigações ao seu aspecto quantitativo, os fenómenos passam a ser relacionados por linguagem de cálculo (AUBERT, 1987).

As consequências desta nova mentalidade foram essencialmente uma nova valorização dos fenómenos. A sua aparência empírica transforma-se em objecto da ciência, algo susceptível de ser medido para que possa ser comparado com outros fenómenos e posteriormente transformado em lei. Posteriormente vem a valorizar-se não só o aspecto do método mas o fenómeno que existe como realidade física e corpórea (susceptível de medição) – a génese do positivismo. A natureza como algo universal passa a estender-se ao campo daquilo que é fenómeno, mensurável, por isso natural.

A Fenomenologia... Referências onto-epistemológicas

Assistimos à procura de um novo entendimento e compreensão da realidade corpórea, uma nova forma de entender o mundo. As correntes ideológicas criadas pelo dualismo cartesiano, nomeadamente o racionalismo idealista (história como evolução dialéctica do pensamento) e o materialismo (evolução homogénea da matéria) mostram-nos isso.

As coisas em si mesmas não interessam a esta nova visão, sobretudo pelo aspecto da subjectividade, de forma a evitar transferências involuntárias da realidade do que o homem experimenta em si mesmo, bastava limitar-se ao aspecto dos fenómenos enquanto aparências sensíveis, únicos suportes das relações matemáticas entre eles, a realidade em si é inacessível (AUBERT, 1987). Compreende-se assim a afirmação de que “a filosofia antigamente toda poderosa pouco a pouco viu-se expulsa de todas as partes pelo ressurgimento das ciências da natureza e depois pelas ciências do homem” (GUSDORF, 1960, pág. 21).

Aquela que podemos designar de última expressão do mecanicismo atribuíram-lhe o nome de positivismo e que não é mais, neste contexto, do que expressão de um outro – o cientismo. Trata-se

pois, em última análise, de um monismo materialista que pretende abarcar e aceitar apenas como existente o material, fruto de um fenomenismo radical em que apenas o fenómeno nos interessa, o dado positivo, sensível, real. No fenomenismo “não conhecemos as coisas como são em si, mas como se nos apresentam. Para o fenomenalismo há coisas reais, mas não podemos conhecer a sua essência. Só podemos conhecer «que» as coisas são mas não «o que» são. O fenomenalismo coincide com o idealismo quando limita o conhecimento à consciência, ao mundo da aparência, do que resulta imediatamente a impossibilidade de conhecer as coisas em si” (HESSEN, 1976, pág. 109).

KANT, por seu lado, tinha deixado de lado toda e qualquer inteligibilidade vinda da realidade, posta pela essência do objecto. Toda a inteligibilidade do conhecimento é posta pelo sujeito. Trata-se de um idealismo transcendental, o sujeito é a fonte de todo o valor, inteligibilidade de todo o conhecimento. O real em si sai desvalorizado. São as formas *a priori* da sensibilidade que constituem o valor do conhecimento, os dados são amorfos. O entendimento (intelecto) vai regular a sensibilidade interna (tempo) e esta organiza a sensibilidade externa (espaço).

Assistimos a uma explicação orgânica no encadeamento do conhecimento. Apesar de ser possível o conhecimento sensitivo, dá-nos conta que o sujeito está sempre presente na constituição do conhecimento, levando para este processo o *a priori*, não como uma tábua rasa. O resultado deste conhecimento sensitivo é o que KANT designa por intuição fenoménica. Não conhecemos a realidade em si mesma, mas como ela se dá na nossa consciência, a consciência é a instância do conhecimento. O resultado desta intuição fenoménica e das formas é, *a priori*, o objecto, as coisas enquanto são conhecidas e não as coisas em si mesmas (noumenos). O objecto é na consciência e graças à consciência. Objecto significa fenómeno, o aparecer à consciência, um acto constitutivo. Esta subjectividade que acentua o papel do sujeito, leva-nos a afirmar que podemos conhecer os fenómenos, mas não os noumenos, a realidade em si mesma.

É na reflexão sobre esta herança de matematização da natureza que surgem diversas correntes paralelas, nomeadamente a reacção anti-materialista de BERGSON, a revolução existencial de KIERKEGAARD e por fim a que mais nos interessa, a Fenomenologia com EDMUND HUSSERL (1859 – 1938), filósofo alemão e seu fundador.

Em razão da problemática científica do seu tempo, HUSSERL entendeu procurar um novo caminho (método) para fundamentar o conhecimento. Veio a designá-lo de Fenomenologia. A resposta de HUSSERL não é mais que “uma reacção à tecnocracia massificante então nascente” (ABREU, 2000, pág. 142), pretende constituir-se contra os perigos do projecto de saber, quanto à sua essência e possibilidade, pela suspeita de que os desenvolvimentos do positivismo e do psicologismo vinham introduzindo no seu próprio terreno: a verdade. Surge em plena “crise do subjectivismo e do irracionalismo” (LYOTARD, 1999, pág. 9) e pretende ser um alternativa ao cientismo positivista, movendo-se nas esferas da intuição directa (CORDON; MARTINEZ, 1995).

Pela análise etimológica da palavra Fenomenologia, verificamos que deriva do grego e é composta por duas palavras: $\varphi\alpha\iota\nu\omicron\upsilon\lambda\epsilon\upsilon\omicron\nu$ que vem do verbo $\varphi\alpha\iota\nu\epsilon\sigma\theta\alpha\iota$, que significa fazer brilhar, trazer luz, mostrar, e de $\lambda\omicron\gamma\omicron\sigma$ que significa discurso, ciência. A fenomenologia poderá então ser entendida pois como a ciência dos fenómenos no sentido de “deixar ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo” (HEIDEGGER, 1986, pág. 65).

A fenomenologia é mais profunda e complexa que nos possa parecer, e é definida claramente por MERLEAU-PONTY (1999) na sua obra “Fenomenologia da Percepção”: “... pode parecer estranho que ainda se precise colocar essa questão meio século depois dos primeiros trabalhos de HUSSERL. Todavia, ela está longe de estar resolvida. A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender

o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua “facticidade”. É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre “ali”, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contacto ingénuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. É a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exacta”, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vividos”. É a tentativa de uma descrição directa da nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua génese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer...” (MERLEAU-PONTY, 1999, pág. 1 e 2).

A fenomenologia, tal como a pretendeu HUSSERL, é a nova designação da moderna filosofia, *descritiva* e não *dedutiva*, é uma *descrição das essências*, é o fazer aparecer aquilo que nunca aparece, a encenação que não se vê quando se assiste a uma peça de teatro. “A essência da fenomenologia consiste em aspirar a ser uma filosofia primeira e oferecer os meios a toda a crítica da razão que se possa fazer; por isso, postular uma evidência intelectual na reflexão sobre si mesma requer que se prescindia o mais completamente possível de pressupostos. A própria essência é encarnar a absoluta claridade sobre a sua própria essência e, por isso, sobre os princípios do seu método” (HUSSERL cit. in CORDON; MARTINEZ, 1995, pág. 89).

Assim, a fenomenologia “parte das coisas da consciência antes de analisar as coisas do mundo. Mas ter consciência é ter consciência de alguma coisa, como dizia HUSSERL. A consciência transcende-se no mundo, é movimento para o mundo. Ela é intencionalidade que dá ao mundo o seu significado” (ABREU, 2000, pág. 142).

Primeiro consideremos a fenomenologia como um movimento filosófico cujo objectivo fundamental é o estudo dos fenómenos tal eles são experimentados na consciência, “não interessa tanto como as coisas são em si, mas como cada um de nós as vivencia” (ABREU, 2000, pág. 142), os fenómenos nos vários actos da consciência.

A fenomenologia é também uma descrição das aparências, “renunciamos a ser juizes da verdade objectiva para sermos apenas despreconceituados curiosos do conhecimento vivo (ABREU, 2000, pág. 143), mas a fenomenologia é sobretudo um método, “diz antes de tudo um conceito de método não caracteriza a quiddidade real dos objectos da investigação filosófica mas o seu modo, como eles o são. Quanto maior a autenticidade de um conceito de método e quanto mais abrangente determinar o movimento dos princípios de uma ciência, tanto maior a originalidade em que ele se radica numa discussão com as coisas em si mesmas e tanto mais se afastará do que chamamos de artifício técnico, tão numerosos em disciplinas teóricas” (HEIDEGGER, 1998, pág. 57).

Apesar das diferentes abordagens, a fenomenologia

“começou por ser e continua sendo uma meditação acerca do conhecimento, um conhecimento do conhecimento; e o célebre “pôr entre parêntesis” consiste, em primeiro lugar, em dispensar uma cultura, uma história, em refazer todo o saber elevando-se a um não saber radical (...) Trata-se de explorar este dado, a própria coisa que se percebe, em que se pensa, de que se fala, evitando forjar hipóteses, tanto sobre o laço que une o fenómeno com o ser de que é fenómeno, como sobre o laço que o une com o Eu para quem é fenómeno.”

(LYOTARD, 1999, págs. 9 e 10).

Quando pensamos um objecto como por exemplo uma seringa, existe um pensamento intencional, dirigido para uma coisa específica (seringa) que imaginamos. Existe uma seringa na consciência mesmo que tenha ou não tenha existência no mundo real. As coisas existem na nossa consciência como objectos ideais, um pouco como afirmava Platão nas ideias universais de existência no mundo inteligível, no entanto HUSSERL afirma que estes objectos ideais existem na consciência e a palavra representa a sua significação.

A consciência, como define HUSSERL, é sempre consciência de alguma coisa, tem intencionalidade. Esta ideia retida de BRETANO surge contra a ideia de imanência da consciência como algo passivo que

se limita à inclusão dos objectos. Como afirma LEVINAS:

“a celebre proposição de que «toda a consciência é consciência de alguma coisa» ou ainda, que a intencionalidade caracteriza essencialmente a consciência – resume a teoria husserliana da vida espiritual: toda a percepção é percepção de um apreendido, todo o juízo é juízo de um estado de coisas julgado, todo o desejo é desejo de um desejado. Não uma correlação de palavras, mas uma descrição de fenómenos. Em todos os níveis da vida espiritual – seja no estado da sensação ou no pensamento matemático – o pensamento é designio e intenção (...) o pensado está idealmente presente no pensamento. Esta forma do pensamento conter idealmente outra coisa sem ser ele – constitui a intencionalidade. Não é que um objecto exterior entre em relação com a consciência nem que se estabeleça uma relação na própria consciência entre dois conteúdos psíquicos – encaixados um no outro. A relação da intencionalidade nada tem das relações entre objectos reais. Ela é essencialmente um acto de emprestar um sentido (a Sinngebung). A exterioridade do objecto representa a própria exterioridade daquilo que é pensado relativamente ao pensamento que o visa. O objecto constitui assim um momento inevitável do próprio fenómeno do sentido”.

(LEVINAS, 1997, pág. 29).

A Consciência como Intencionalidade

A consciência tal como define HUSSERL é intencionalidade, não uma substância na forma de Descartes, mas constituída pelo próprio acto do pensamento (*noesis*) e da qual constam dois elementos, um material (dos dados dos sentidos) outro formal (a significação objectivante). Com a *noesis*, visamos algo que HUSSERL definiu como *noema* e que designa o objecto intencional do pensamento no seu puro ser dado à consciência transcendental-intencional. Assim imaginar um penso trata-se de uma *noesis*, o penso imaginado é, por seu lado, o *noema*. A consciência está pois estruturada em *ego-cogito-cogitatum*. O *Eu* é o

centro de toda a constituição; a *cogito* é o *acto constitutivo* que dá sentido; a *cogitatum* é o polo objectivo da intencionalidade. A intuição é um acto da subjectividade pura que capta o *noema*.

A fenomenologia, como procura HUSSERL, é uma ciência eidética, uma ciência das essenciais, mas

“mais facilmente apreensível, para quem consiga colocar-se na posição do puro ver e evitar todos os conceitos naturais, é o conhecimento de que podem chegar ao absoluto dar-se em si não só objectos singulares, mas também universais, objectos universais e estados de coisas universais (...) o seu carácter peculiar é ser análise de essências no âmbito da consideração puramente intuitiva, no âmbito da autopresentação absoluta. É este necessariamente o seu carácter, a fenomenologia quer ser ciência e método, a fim de elucidar possibilidades (...) portanto as investigações fenomenológicas são investigações universais das essências.”

(HUSSERL, 2000, págs. 78 - 79).

Atitude Natural

Outro conceito fundamental é designado por HUSSERL de atitude natural que se define mais como uma protocrença (CORDON & MARTINEZ, 1995) é uma atitude ingénua.

“Viramo-nos intuitiva e intelectualmente, para as coisas que em cada caso nos são dadas e obviamente nos estão dadas, se bem que de modo diverso e em diferentes espécies de ser, segundo a fonte e o grau de conhecimento (...) exprimimos o que a experiência directa nos oferece. Seguindo os motivos da experiência, inferimos o não experimentado a partir do directamente experimentado (do percebido e do recordado); generalizamos e logo de novo transferimos o conhecimento universal para os casos singulares ou deduzimos, no pensamento analítico, novas generalidades a partir de conhecimentos universais.”

(HUSSERL, 2000, pág. 39 - 40).

HUSSERL propõe uma nova atitude intelectual (filosófica), procurando com base no contra-senso

encontrado edificar um novo método – o fenomenológico. Não pretende negar o mundo, mas tem como tarefa analisar as vivências intencionais da consciência e perceber o sentido dos fenómenos. Esta nova atitude reflectida (filosófica) atribui um “índice de indiferença ou nulidade gnosiológica que afirma: a existência de todas as transcendências quer eu acredite ou não, não me concernem em nada” (HUSSERL, 2000, pág. 40).

Mas se o exercício da *εποχή* obriga à impugnação de todos os conhecimentos na forma de um certo radicalismo céptico, qual será o caminho? Para encetar esta tarefa o método fenomenológico exige dois tempos fundamentais: a *suspensão do juízo* em relação a tudo o que é empírico, ou seja, por sê-lo não pode constituir a base do saber, antes poderia deturpá-lo, e a *redução* (recondução), quer dos dados fácticos quer do sujeito à pureza das suas essências. É fruto da necessidade de superar o psicologismo, os factos não podem fornecer normas para avaliar os mesmos factos (para constituir a ciência enquanto ciência), ou seja, nada do que é empírico pode fundamentar a verdade (ela é supra-temporal). A redução apresenta três níveis:

– a *redução psicológica*: põe entre parêntesis o mundo externo, reconduzindo-o ao fluxo da consciência;

– *redução eidética*: desmaterializa os dados fácticos, pondo entre parêntesis todos os aspectos materiais e empíricos, a fim de captar as essências no seu puro ser, dadas à consciência. Quer dizer, não considera o que há de concreto e variável nos dados, só tem de atender à pureza do seu aparecer (fenómeno) à consciência. A procura das essências (eidos) é a procura do que existe na sua estrutura essencial e invariável, separado de tudo que é contingente. Vejamos a descrição da essência vermelho feita por HUSSERL:

“tenho uma intuição singular, ou várias intuições singulares, de vermelho; retenho a pura imanência, procuro levar a cabo a redução. Prescindo do que o vermelho de costume significa, de como ele pode ser transcendentemente apercebido, por exemplo, como o vermelho de um mata-borrão em cima da minha mesa, etc., e, agora, vendo puramente, levo a cabo o sentido do pensamento de

vermelho em geral, de vermelho in specie, por ex., o universal idêntico destacado visualmente a partir disto e daquilo; a singularidade já não é agora intentada como tal; não se visa isto e aquilo, mas o vermelho em geral."

(HUSSERL, 2000, pág. 85).

– *redução transcendental (ou fenomenológica)*: reconduz a consciência empírica à consciência enquanto consciência: Eu puro ou Absoluto ou Transcendental. Este, permanecendo absolutamente idêntico a si mesmo, é que pode ser o fundamento da verdade do conhecimento. Quer o ego (psíquico) quer a corrente (sempre variável) das suas vivências são postos entre parêntesis.

"A consciência, mesmo na atitude natural, é transcendental porque ela alcança além de si mesma as identidades e coisas que lhe são dadas. O eu pode ser chamado transcendental, na medida em que está envolvido na cognição, em atingir as coisas. O Eu Transcendental é o Eu ou o Self como agente da verdade. A redução transcendental é a volta na direcção do eu como o agente da verdade, e a atitude transcendental é a posição que assumimos quando tornamos este eu e suas intencionalidades temáticas".

(SOKOLOWSKI, 2000, pág 58)

A suspensão do juízo é uma suspensão em relação a tudo o que é empírico e que não pode constituir a base do saber, antes poderia deturpá-lo, procurando considerar as coisas em si mesmas. Não se duvida da existência do mundo, mas a sua existência é colocada entre parêntesis, reconduz o mundo externo ao fluxo da consciência.

"O processo da variação imaginária dá-nos a própria essência, o objecto (...). Faz-se variar arbitrariamente, obedecendo apenas à evidência actual e vivida do eu posso ou do eu não posso. A essência ou eidos do objecto é constituída pelo invariante, que permanece idêntico através das variações. Assim se opera a variação sobre o objecto coisa sensível, obtêm-se como ser mesmo da coisa: conjunto espaço-temporal, dotado de qualidades segundas, dado como substância e unidade causal. Experimenta-se, pois a essência como uma intuição vivida (...) a essência é apenas aquilo que a própria coisa se me revelou numa doação originária".

(LYOTARD, 1999, pág. 18)

Trata-se do retorno às próprias coisas.

Conforme podemos verificar, o valor do conhecimento só pode vir da consciência pura, ela é que atribui significação (sentido) aos dados e, desta maneira, constitui o objecto. Sem ela eles seriam vazios, não seriam significativos e por via disso não seriam conhecimento. Esta actividade de constituição do objecto é essencial à consciência, pois ela é por sua natureza intencional. Torna-se necessário reflectir sobre a consciência, o psíquico é fenómeno, e não coisa. Daí o combate que HUSSERL fez ao psicologismo.

A verdade, segundo HUSSERL, pode dizer-se que é adequação (mas só em sentido husserliano), isto é, adequação ao sentido (significação) com que a consciência plenificante carrega os dados. Se olharmos por momentos, poderemos verificar a inspiração kantiana deste método, contudo a posição de HUSSERL vai mais longe no sentido do idealismo do que KANT, agora é o sujeito transcendental que se dá a si mesmo toda a significação do objecto constituído pela Consciência.

Talvez seja por isso que a fenomenologia de HUSSERL enquanto tal não tenha suscitado discípulos, o que já não acontece com a fenomenologia enquanto método de investigação, pois este será utilizado com êxito noutras áreas científicas. Ao situá-la no campo da filosofia é de notar que "os fenomenólogos não se ligam a teses formalmente enunciadas por HUSSERL, não se consagram exclusivamente à exegese ou à história dos seus escritos. Há uma certa forma de proceder que os aproxima. Mais do que aderir a um certo número de proposições fixas, eles concordam em abordar as questões de uma certa forma" (LEVINAS, 1997, pág. 135). Não se propõe por conseguinte um método fenomenológico uno, mas conservando algumas das ideias chave enunciadas por HUSSERL. Entre aqueles que seguem uma abordagem fenomenológica encontramos HEIDEGGER, MERLEAU-PONTY, SARTRE, entre outros.

Assim, poderemos caracterizar fundamentalmente a fenomenologia como um método que se quer rigoroso para fazer face ao subjectivismo psicológico, como uma ciência descritiva, que descreve as essências tal como são intuídas, o

manifesto enquanto fenómeno; como ciência dos fenómenos, pois procura as próprias coisas, procurando o sentido preciso e essencial das coisas; como ciência fundamental, pois procura fornecer os princípios e fundamentos do fazer científico e, por último como auto-reflexão da humanidade, uma atitude de rebeldia contra o saber tecnicista, uma reflexão sobre o ser, face à ausência de sentido da própria existência humana (CORDON e MARTINEZ, 1995).

Do método fenomenológico ao método fenomenológico em enfermagem

“Para lá da proibição, devemos agora encarar a transgressão”

BATAILLIE

Um dos maiores historiadores da fenomenologia, HERBERT SPIEGELBERG (1971), elaborou um conjunto de sete passos do método fenomenológico, enquanto método filosófico a utilizar na investigação filosófica, e que apresentamos a título descritivo, são eles: *a investigação de fenómenos particulares; investigação de essências gerais; apreensão de relações fundamentais entre as essências; observação dos modos de dar-se; observação da constituição dos fenómenos na consciência; suspensão da crença na existência dos fenómenos; interpretação do sentido dos fenómenos.* Em nenhum momento este conjunto se destinava à investigação empírica nas ciências sociais, no entanto assistimos a um *assalto* por parte dos investigadores das ciências sociais a alguns elementos deste método e posterior aplicação na sua área de especialidade, como é o exemplo da investigação em Enfermagem. A estes passos retomaremos mais adiante quando apresentarmos a proposta de modelo de descrição fenomenológica.

Porque razão se apoderaram então os investigadores das ciências sociais do método fenomenológico e o aplicaram nas suas áreas de especialização? A razão parece-nos clara. Não desejamos saber das pessoas apenas o observável,

o mensurável, mas pretendemos perceber o seu mundo, as suas vivências e experiências, o que significa viver determinado fenómeno. A experiência vivida é, no entanto, coberta com significados que são trazidos para a relação de «estar no mundo». Isto ocorre através da atenção para a vida retirada da experiência, que serve para formar uma perspectiva do mundo (MUNHALL; BOYD, 1993).

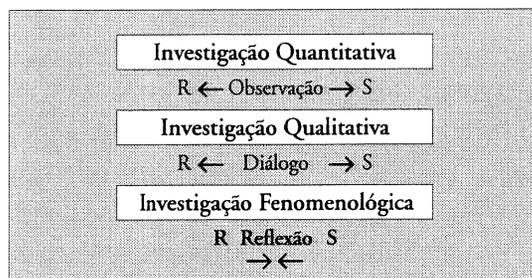
A aplicação do método fenomenológico na investigação em Enfermagem tem como objectivo principal responder a uma das questões clássicas da teorização da prática de cuidados de enfermagem e que vem sendo exposta desde NIGHTINGALE (1969), ou seja, a busca do entendimento das necessidades vividas pelos doentes, de modo a responder as essas necessidades de forma efectiva (COHEN *et al.*, 2000).

A função da investigação é pois informar a prática de cuidados de enfermagem, focando-se nos diversos aspectos do planeamento de cuidados em enfermagem. Esta tarefa requer que entendamos as necessidades experienciadas e vividas pelo outro – doente, é ele que passa a ser o sujeito da intervenção. A forma como experimenta as coisas, as suas necessidades, desejos, medos, as suas aspirações são vividas e descritas (OMERY, 1983).

A fenomenologia pode promover um entendimento e uma forma de pensar em enfermagem e pensar a própria enfermagem. Os seus resultados podem proporcionar ao enfermeiro o significado atribuído à sua acção, o circuito da interacção e partilha que estabelece com o doente, ou seja, um entendimento da relação de partilha com o outro. Esta relação é o lugar privilegiado para o confronto de sentimentos, emoções, dúvidas, medos daqueles com quem trabalha (OLIER, 1982).

Esta visão do método fenomenológico é expressa seguidamente de forma precisa: “na essência, os fenomenologistas acreditam que a existência humana é significativa e de interesse, apenas no sentido de que estamos sempre conscientes de alguma coisa. A existência como “estando no mundo” é uma frase fenomenológica que compreende que as pessoas estão ligadas aos seus mundos e apenas são compreensíveis nos seus contextos (MUNHALL; BOYD, 1993, pág. 103).

Não interessa uma experiência indirecta, a opinião que a pessoa tem ou faz de um determinado acontecimento, mas como determinado fenómeno se dá e é vivido por essa mesma pessoa, os seus sentimentos, vivências, o que experimenta, o que vive, o que sente – é investigação na primeira pessoa. O método fenomenológico visa revelar e descrever estruturas de significado interno da experiência vivida, é a procura para o que significa ser humano (VAN MANEN, 1990). É isso que a torna tão *especial*. A visão das diferentes abordagens por oposição à fenomenologia pode ser esquematicamente representada conforme podemos ver pelo quadro seguinte:



Fonte: MUNHALL & BOYD, 1993, pág. 114.

O entendimento desta reflexão na investigação fenomenológica é centrado no estudo da experiência vivida, um entendimento da forma como a experiência é, compreendendo o seu significado num contacto mais directo com o mundo, procurando revelar as essências do vivido, tal como é vivido e no significado que lhe é atribuído pelo sujeito que vive. É interpretativa, sistemática, explícita, autocrítica e intersubjectiva (VAN MANEN, 1990). No fundo procura uma resposta para aquilo que é a inquietação do que é ser humano.

A papel da fenomenologia não é o de refutar teorias, mas trazer a novidade, esta novidade é a experiência tal como ela é vivida. O seu propósito é descrever de um ponto de vista fenomenológico a vivência de determinado fenómeno, como um participante o experimenta e vivencia. Em fenomenologia não se testam hipóteses, não se parte de nenhum modelo teórico ou teoria.

De facto, na investigação fenomenológica é dada especial relevância à linguagem, através dela descrevemos, analisamos e interpretamos os fenómenos tal e qual eles são vividos pelos

participantes, “as situações que alguém vivencia não possuem, apenas, um significado em si mesmas, mas adquirem um sentido para quem as experiencia, que se encontra relacionado à sua própria maneira de existir” (FORGHIERI, 1993, pág. 58).

No entanto, levantam-se-nos algumas questões, a primeira delas refere-se às problemáticas de investigação em que se deve utilizar ou é adequada uma abordagem fenomenológica. É de realçar que o critério deverá ser o da adequação do método à problemática sob investigação. A afirmação de que tudo aquilo que consideramos fenómeno é passível deste tipo de análise, mostra-nos apenas que não temos uma visão aprofundada da fenomenologia, mas sim uma opinião sobre o fenomenismo.

Assim, se por um lado o método fenomenológico é adequado a situações em que as metodologias quantitativas o não são (STRAUSS & CORBIN, 1990), por outro dentro da problemáticas passíveis da análise qualitativa, nem todas poderão ser abordadas sob o prisma da fenomenologia. A riqueza do método fenomenológico advém da proximidade, dos detalhes das pessoas que experimentam o mundo de forma significativa.

Uma segunda questão prende-se com os passos a seguir no desenvolvimento do método fenomenológico. É de referir que este método é nativo da Filosofia e a sua aplicação ao campo da investigação empírica nas ciências sociais não deixa de ser controversa, não pelo rigor e utilidade do mesmo, mas pelas sucessivas adaptações que dele se fazem.

O primeiro passo que propomos precede a própria escolha do método. Este passo propõe uma *reflexão* sobre o tema que desejamos investigar. Porque razão se escolheu esse tema? Deve-se à simples curiosidade, à experiência do investigador ou a um interesse pessoal? Este passo é essencial a todo o tipo de abordagem, qualitativa ou quantitativa no sentido de tornar consciente a escolha do tema, mas merece-nos uma atenção especial quando se propõe fazer uma abordagem fenomenológica.

É necessário que se tenha consciência do que é o método fenomenológico e o que implica a sua utilização. Os trabalhos fenomenológicos exigem disponibilidade e tempo do investigador. A *análise das informações recolhidas não pode ser delegada*

a outros como acontece muitas vezes noutro tipo de abordagens, especialmente as quantitativas (COHEN *et al.*, 2000).

As questões que se seguem poderão ajudar-nos na tomada de decisão em relação à utilização do método fenomenológico. É necessário entender o fenómeno de forma mais clara e precisa do que aquela que habitualmente se encontra? O método fenomenológico pode eventualmente ajudar-me nessa tarefa? A riqueza dos dados aumenta o campo de estudo e de intervenção/implicação para a prática de cuidados de enfermagem? A última delas e igualmente de vital importância: Estou preparado para encetar este tipo de abordagem?

Alguns autores, como COHEN (2000), referem que não é obrigatório que se seja orientado por um especialista em fenomenologia, no entanto aconselha a que exista por parte dos orientadores uma certa abertura ao método, nomeadamente “conhecimento de causa”.

Outros aspectos relevantes são a construção do projecto de investigação, que não será abordado neste artigo, bem como a própria noção do conceito de *revisão da literatura*. Quando nos referimos à revisão da literatura não falamos de uma revisão exaustiva das teorias sobre esse assunto, ou mesmo a uma revisão abrangente dos estudos realizados. Perde sentido falar de revisão da literatura, se pensarmos que a fenomenologia se baseia numa estratégia centrada em hipóteses, isso seria denegar o próprio sentido da fenomenologia relegando-a para o campo de outras abordagens.

Propomos que face à escolha do método fenomenológico e mesmo podendo ter já alguma informação sobre o que trata e envolve esse método, deverá proceder à revisão aprofundada da literatura sobre a fenomenologia e o método fenomenológico aplicado à enfermagem. É necessário porque só acedendo aos conceitos basilares do método poderemos orientar-nos de forma efectiva para a leitura de investigações de âmbito fenomenológico em enfermagem.

A revisão da literatura relacionada com o tema não é consensual nas diferentes abordagens do método fenomenológico. No entanto, pelos trabalhos publicados verificamos que existem de

facto alguns trabalhos em que há uma preocupação por situar o tema, nomeadamente com outros trabalhos fenomenológicos realizados sobre o mesmo assunto. No entanto, há que pensar na afirmação de HUSSERL pela qual “de início não nos é permitido admitir conhecimento algum como conhecimento” (HUSSERL, 2000, pág. 23), ou seja, a primeira fase do método implica que se coloque “*entre parêntesis*” o nosso conhecimento do quotidiano, as teorias, convicções, julgamentos que fazemos sobre esse assunto. Há pois uma atitude de abertura ao conhecimento. Assim, em nosso entender, a revisão da literatura deverá ser feita apenas no sentido de enquadramento do tema, uma vez que devemos justificar porque estamos recorrendo à abordagem fenomenológica.

As Fases do Método Fenomenológico

Retomando o assunto já enunciado neste artigo, das fases do método fenomenológico, tal como apresentadas por SPIEGELBERG (1971), apenas a primeira parece ser consensual entre os fenomenologistas da área das ciências sociais e humanas, *a investigação de fenómenos particulares*. A nossa proposta também vai nesse sentido. Segundo SPIEGELBERG (1971), ela é composta por três operações essenciais: a intuição, a análise e a descrição. (SPIEGELBERG, 1971; BECK, 1992; MUNHALL & BOYD, 1993).

Anterior à *intuição* o primeiro passo consiste em “*suspender a crença no fenómeno*”. Obrigamos a colocar de lado todos os nossos conhecimentos pessoais e teóricos acerca do fenómeno que vamos investigar, uma *denegação* do nosso próprio conhecimento. Para que saibamos olhar para as coisas tal e qual elas são vividas, só o que está nos nossos olhos, aquilo que podemos ver e definir. Esta primeira operação exige “silêncio”, que olhemos para as coisas como elas são, a experiência directa da pessoa, sem qualquer filtro.

A primeira operação referida por SPIEGELBERG (1971) é uma operação complexa, pois não

apresenta qualquer regra específica, a não ser que não devemos perder a capacidade crítica. A respeito desta operação, afirma SPIEGELBERG:

“intuir é uma das operações mais exigentes, que requer muita concentração no objecto intuído sem se tornar absorvido pelo mesmo, ao ponto de já não se observar criticamente”. No entanto, pouco que se pode dar ao fenomenologista principiante, apenas instruções precisas que não vão além de frases metafóricas como «abrir os seus olhos», «mantê-los abertos», «não ficar cego», «olhar e ouvir», etc.”

(SPIEGELBERG, pp. 659-660, cit. in MUNHALL & BOYD, 1993, pág. 109).

Na operação de *análise*, SPIEGELBERG propõe que se procurem identificar os elementos e as estruturas dos fenómenos que obtivemos por meio da intuição. Por exemplo, MUNHALL & BOYD (1993) já afirmam que “a segunda operação de investigar fenómenos particulares, análise fenomenológica, envolve a identificação da estrutura do fenómeno sob estudo”. ANDERSON (1989) afirma que:

“não é como se o investigador estivesse a descrever estruturas que estão por aí fora e que são independentes do investigador e do informante (...) O que é preciso explicitar é que as estruturas descritas são as que são criadas e impostas no mundo – estas estruturas estão encaixadas no sistema das relevâncias do investigador; o que é produzido como conhecimento resulta do processo dialéctico entre investigador e informante.”

(ANDERSON, 1989, pp.22-23, cit. in MUNHALL & BOYD, 1993, pág. 110).

Assim sendo,

“o conhecimento é criado idealmente, num projecto conjunto, no qual o investigador e o investigado estão mutuamente encarregados de descrever o fenómeno sob estudo. A estrutura que é identificada através de análise fenomenológica é, no fim, a estrutura do investigador. É uma identificação dos elementos dos fenómenos e das relações e ligações desses elementos a fenómenos adjacentes”

(MUNHALL & BOYD, 1993, pág. 110).

A *descrição* supõe uma classificação prévia, para localizar o fenómeno estudado. A descrição é predicação, procura localizar o fenómeno estudado dentro de um sistema de classes. “A descrição é baseada numa classificação do fenómeno. Uma descrição, portanto, pressupõe uma estrutura de nomes de classes, e tudo o que pode fazer é determinar a localização do fenómeno, tendo em conta um sistema de classes já desenvolvido” (SPIEGELBERG, pág. 673, cit. in MUNHALL & BOYD, 1993, pág. 110).

Daremos ênfase especial ao último passo apresentado por SPIEGELBERG, a *interpretação do sentido dos fenómenos*.

“(...) não apenas o nosso comportamento intencional, mas toda a vida cognitiva e emocional, como a fenomenologia a vê, está cheia de significado e de intenções significativas. Nenhuma descrição as pode deixar de fora, embora possa desistir de as aceitar como validas.

A fenomenologia hermenêutica deve incidir sobre algo diferente e mais ambicioso: o seu objectivo é a descoberta de significados que não são imediatamente manifestados no intuir, analisar e descrever. Consequentemente o intérprete tem de ir muito além do que lhe é dado directamente”.

(SPIEGELBERG, 1971, p. 695).

A nossa proposta de análise vem essencialmente de alguns trabalhos pioneiros, nomeadamente dos trabalhos de GIORGI (1985). É de salientar que introduzimos alguns conceitos de outras abordagens fenomenológicas, nomeadamente de COLAIZZI (1978) e VAN KAAM (1959). Esta ousadia em *transformar* e fazer convergir num único modelo procura conservar o essencial da proposta de HUSSERL tal como posteriormente foi apresentada por SPIEGELBERG (1971).

Apesar da diversidade de propostas para a investigação fenomenológica, a que agora apresentamos permite-nos estabelecer uma ligação com as principais fases do trabalho fenomenológico, mas exige certamente tempo. No próximo número serão apresentadas as principais ameaças a este tipo de investigação conjuntamente com um conjunto de estratégias para incremento da credibilidade e rigor deste tipo de estudos.

<i>Passos principais:</i>	<i>Conteúdos:</i>
- Leitura intuitiva e global da informação	Tem como intuito apreender o sentido e o significado da vivência dos sujeitos numa perspectiva global. Depois de transcritas as entrevistas, deverão ler-se tantas vezes quantas forem necessárias para ter uma visão intuitiva sobre o fenómeno em estudo. ► Coloque entre parêntesis todo o conhecimento que tem sobre o assunto É necessário que: <i>Esteja aberto ao fenómeno!</i> <i>Esteja consciente dos seus próprios pontos de vista!</i>
- Formação de um <i>perfil constitutivo</i> a procura da essência na experiência a) Unidades naturais de significado b) Atribuição de significados c) Temas centrais d) Perfis constitutivos	Estas unidades (UNS) são segmentos discretos – expressões do texto referentes aos aspectos individuais da experiência dos participantes. Uma regra usada consiste em construir as unidades de significado sempre que o investigador perceba uma mudança psicológica de significado da situação para o participante na investigação ⁽¹⁾ . Partindo das unidades naturais de significado, o investigador procura atribuir significados. ▲ o essencial da descrição da experiência não deve ser alterado! Procura-se reduzir as significações atribuídas às unidades naturais de significado em temas centrais, agrupando-se e apagando o que é redundante ou unidades repetidas. Na construção dos temas centrais procura-se a convergência/divergência entre as unidades de significado. Correspondem à reconstituição dos temas centrais, o que nos faculta uma lista de afirmações não repetidas e que descrevem o significado da experiência de cada participante.
- Validação	Nesta fase, é essencial que se recorra a um especialista, normalmente enfermeiro com larga prática de investigação e que já tenha orientado trabalhos de investigação ou então um profissional com experiência de investigação fenomenológica, para que este possa avaliar o processo desde a formação das unidades naturais de significado até aos perfis constitutivos.
- Formação de um índice temático	O índice temático estabelece uma lista não repetida e sequencial de afirmações de significado contido nos perfis constitutivos. Nesta fase, os perfis constituintes de cada participante são usados como base para a construção de um índice temático (dados de todos os participantes).
- Trabalho no índice temático	Permite-nos constituir um conjunto de temas para interpretação. É de notar que o foco está centrado na compreensão dos achados que informa sobre o significado da experiência. É essencial reavaliar o índice temático.
- Síntese e descrição dos “achados”	São usados os temas emergidos no índice temático e explicado rigorosamente o significado atribuído ao fenómeno sob estudo. Esta descrição é um resumo dos temas interpretados para produzir um quadro detalhado da experiência dos participantes do fenómeno que investigamos.
- Validação	Retorna-se junto dos participantes na investigação com a sua descrição exaustiva, para que estes possam verificar os “achados”. No caso de novas sugestões obtidas junto dos participantes, elas deverão ser introduzidas no trabalho.

⁽¹⁾ - Quem utilizar o programa de análise de dados qualitativos NUD*IST tem o trabalho muito facilitado, no entanto isso não substitui, felizmente, o trabalho do investigador.

Bibliografia

- ABREU, J. P. – *Introdução à Psicopatologia Compreensiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- ABREU, J. P. – *O Tempo Aprisionado: Ensaio não Espiritualista sobre o Espírito Humano*. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.
- AUBERT, J., M. – *Filosofia de la Naturaleza*. Barcelona: Herder, 1987.
- BECK C. T. – The lived experience of postpartum depression: a phenomenological study. *Nursing Research*, 41(3), 1999. pp. 166-170.
- COHEN, M.Z. et al. – *Hermeneutic Phenomenological Research: A Practical Guide For Nursing Research*. Sage Publications Inc., 2000.
- COLAIZZI, P. F. – Psychological Research as the Phenomenologist Views. In: VALLE, R. S.; KING, M. – *Existential Phenomenological Alternatives for Psychology*. New York: Oxford University Press, 1978.
- CORDÓN, J.; MARTÍNEZ, T. – *História da Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- CROTTY, M. – *Phenomenology and Nursing Research*. Melbourne: Churchill Livingstone, 1996.
- DAVIS, A. – *The phenomenological approach in nursing research*. San Francisco: University of California, 1973.
- DREW, N. – Exclusion and confirmation: a phenomenological research. *Western Journal of Nursing Research*, 18 (2), 1986. pp. 39-43.
- FORGHIERI, Y. C. – *Psicologia Fenomenológica. Fundamentos, Método e Pesquisas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1993.
- GIORGI, A. – A Phenomenological Perspective on Certain Qualitative Research Methods. *Journal of Phenomenological Psychology*, (25), 1994. pp. 190-220.
- GIORGI, A. – The Theory, Practice, and Evaluation of the Phenomenological Method as a Qualitative Research Procedure. *Journal of Phenomenological Psychology*, (28), 1997. pp. 236-246.
- GUSDORF, G. – *Introduction aux sciences humaines*. Paris: Les Belles-Lettres, 1960.
- HEIDEGGER, M. – *O Ser e o Tempo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- HESSEN, J. – *Teoria do Conhecimento*. Coimbra: A. Amado Editor, Sucessor, 1976.
- HUSSERL, E. – *A Ideia da Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- KAPLAN, R. M. – *Basic Statistics for the Behavioral Sciences*. Massachusetts: Allyn & Bacon, Inc, 1987.
- LÉVINAS, E. – *Descobrimos a Existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- LYOTARD J.F. – *A Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- MERLEAU-PONTY, M.M. – *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Lda, 1999.
- MUNHALL, P.L.; BOYD, C.O. – *Nursing research: a Qualitative Perspective*. New York: National League for Nursing Press, 1993.
- NIGHTINGALE, F. – *Notes on Nursing: What it is and what it is not*. New York: Dover, 1969.
- OLIER, C. – The phenomenological approach in nursing research. *Nursing Research* 31 (3), 1982. pp. 178-181.
- OMREY, A. – Phenomenology: a method for nursing research. *Advances in Nursing Sciences* 5 (2), 1983. pp. 49-63.
- PORTER, S. – Sociology and the nursing curriculum: a defense. *Journal of Advanced Nursing*. (21), 1995. pp. 1130-1135.
- SOLOKOWSKI, R. – *Introduction to Phenomenology*. New York: Cambridge University Press. 2000.
- SPIEGELBERG, H. – *The Phenomenological Movement. A Historical Introduction*. The Hague: Martinus Nijhoff. 1971.
- STREUBERT, H.J.; CARPENTER, D. – *Qualitative Research in Nursing: Advancing the Humanistic Imperative*. Philadelphia: J.B. Lippincott Company, 1995.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. – *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park, CA: Sage. 1990.
- VAN KAAM, A. – A phenomenological analysis exemplified by the feeling of being really understood. *Individual Psychology*, (15), 1959. pp 66-72.
- VAN MANEN, M. – *Researching Lived Experience: Human Science for an Action Sensitive Pedagogy*. New York: State University of New York Press, 1990.
- VERNEAUX, R. – *Filosofia del Hombre*. Barcelona: Herder, 1970.